

Estatísticas Monetárias e de Crédito

Nota para a Imprensa

27.12.2022



**BANCO CENTRAL
DO BRASIL**

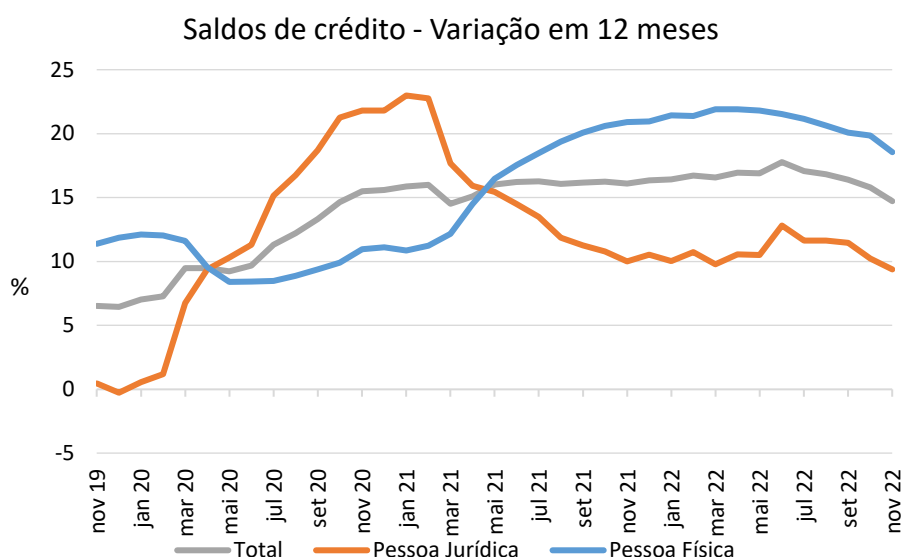
1. Crédito ampliado ao setor não financeiro

Em novembro de 2022, o saldo do crédito ampliado ao setor não financeiro alcançou R\$14,7 trilhões (150,0% do PIB), com elevação de 1,3% no mês. Esse aumento foi explicado majoritariamente pelos títulos públicos de dívida (expansão de 1,4%), empréstimos do SFN (expansão de 1,1%) e pelos empréstimos da dívida externa (que cresceram 1,9%, em parte devido à depreciação cambial de 0,7% no mês). Na comparação interanual, o crédito ampliado cresceu 9,7%, com destaque para os crescimentos em empréstimos do SFN (15,0%) e em títulos de dívida, incluindo títulos públicos, privados e securitizados, que cresceram 11,8%.

O crédito ampliado a empresas atingiu R\$5,1 trilhões (52,1% do PIB), alta de 0,7% no mês, influenciada principalmente pelo aumento de 1,9% nos empréstimos da dívida externa. Nos 12 meses encerrados em novembro, a elevação de 9,6% do crédito ampliado a empresas decorreu principalmente dos crescimentos de 26,0% em títulos de dívida e de 10,8% na carteira de empréstimos e financiamentos do SFN.

O crédito ampliado às famílias atingiu R\$3,4 trilhões, equivalentes a 34,7% do PIB, em novembro, com aumentos de 1,4% no mês e de 17,9% em doze meses, em linha com o comportamento dos empréstimos do SFN.

2. Operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN)



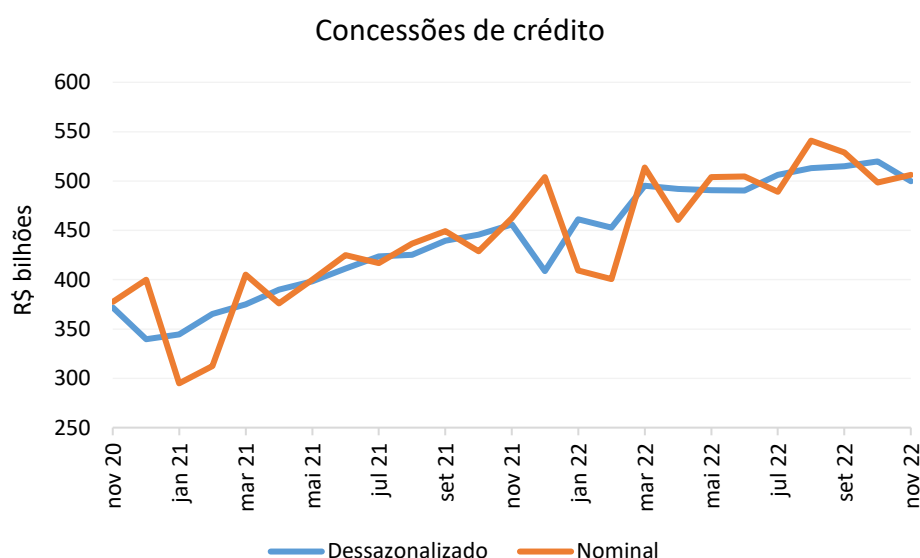
O crédito do SFN totalizou R\$5,3 trilhões em novembro, alta de 1,0% no mês, composta pelos incrementos de 0,4% no crédito destinado às empresas (R\$2,1 trilhões) e de 1,5% no destinado às famílias (R\$3,2 trilhões). Em comparação a igual período do ano anterior, a expansão do crédito se desacelerou, recuando de 15,7% em outubro para 14,7% em novembro, comportamento que se verificou tanto no crédito a pessoas jurídicas,

(desaceleração de 10,2% para 9,4%), quanto nas operações a pessoas físicas (recurso de 19,6% para 18,5%).

O crédito com recursos livres às empresas totalizou R\$1,4 trilhão em novembro, com estabilidade no mês e alta de 10,8% em doze meses (+13,2% em outubro). Entre as modalidades de crédito, destacaram-se no mês os financiamentos para aquisição de veículos (+1,8%) e as operações de vendedor financeiro (+6,1%) e comprar (+5,1%).

O crédito com recursos livres às famílias alcançou R\$1,8 trilhão, com altas de 1,5% no mês e de 19,1% em doze meses (+20,9% em outubro). Por modalidades, sobressaíram as operações de cartão de crédito (+3,8%), o crédito consignado para beneficiários do INSS (+1,4%) e os financiamentos de veículos (+0,9%).

O crédito com recursos direcionados atingiu R\$2,1 trilhões em novembro, com altas de 1,3% no mês e de 13,8% em doze meses (+13,2% em outubro). As operações pactuadas com pessoas jurídicas somaram R\$ 732,6 bilhões, altas de 1,0% no mês e de 6,9% em doze meses. Nas mesmas bases de comparação, as operações com pessoas físicas cresceram 1,4% e 17,8%, e totalizaram R\$ 1,4 trilhão.

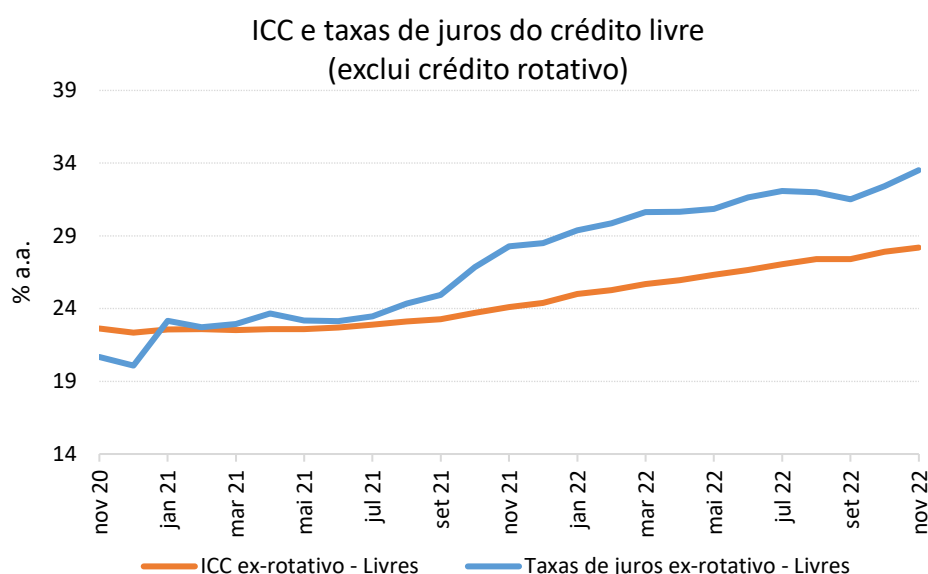


O fluxo total de contratações de crédito somou R\$506,4 bilhões em novembro, com aumento de 21,9% no acumulado em doze meses, em relação aos doze meses anteriores. Nas séries com ajuste sazonal, as concessões para pessoas jurídicas e para pessoas físicas registraram retrações respectivas de 2,1% e 4,5% no mês.

A taxa média de juros das concessões de crédito atingiu 31,4% a.a. em

novembro, com elevações de 1,3 p.p. no mês e de 7,4 p.p. em relação a novembro de 2021. O *spread* bancário das novas contratações situou-se em 20,7 p.p. em novembro, com acréscimos de 0,4 p.p. no mês e de 5,4 p.p. em doze meses.

A taxa média de juros do crédito livre alcançou 44,1% a.a. em novembro, com altas de 1,4 p.p. no mês e de 10,4 p.p. em doze meses. No crédito livre para as empresas, a taxa média situou-se em 23,4% a.a. (estável no mês, + 3,3 p.p. em doze meses). No crédito livre para as famílias, taxa média de 59,0% a.a., com elevações de 1,8 p.p. no mês e de 14,6 p.p. em doze meses.



O Indicador de Custo do Crédito (ICC), que mede o custo médio de todas as operações ativas, atingiu 21,7% a.a., elevando-se 0,1 p.p. no mês e 3,5 p.p. em doze meses. No crédito livre não rotativo, o ICC atingiu 28,2% a.a., com variações de 0,2 p.p. em novembro e de 4,1 p.p. em doze meses. O *spread* geral do ICC, 14,1 p.p., ficou estável no mês e subiu 1,8 p.p. em doze meses.

A inadimplência do crédito total do sistema financeiro, que considera os atrasos superiores a 90 dias, alcançou 3,1% da carteira em novembro, com alta de 0,1 p.p., refletindo a elevação de 0,1 p.p. na inadimplência do crédito livre, situada em 4,3%, e a estabilidade, em 1,2%, no crédito direcionado.

O endividamento das famílias com operações de crédito do SFN alcançou 49,8% em outubro, com elevações de 0,2 p.p. no mês e de 1,4 p.p. em doze meses. O comprometimento de renda ficou estável no mês e aumentou 2,1 p.p. em doze meses, situando-se em 28,2%.

3. Agregados monetários

A base monetária totalizou R\$391,5 bilhões em novembro, com reduções de 1,8% no mês e de 5,3% em doze meses. No mês, o volume de papel-moeda em circulação aumentou 0,9% e as reservas bancárias recuaram 13,4%.

Entre os fluxos mensais dos fatores condicionantes da base monetária, impactaram de forma contracionista as operações do Tesouro Nacional, R\$57,8 bilhões, as de Redesconto e de Linhas de Liquidez, R\$0,3 bilhões, as operações com derivativos, R\$7,6 bilhões, e os depósitos de instituições financeiras, R\$11,9 bilhões (destacando-se o recebimento de depósitos voluntários a prazo, -R\$12,7 bilhões e as liberações de recursos de cadernetas de poupança, +R\$122 milhões, e de depósitos de garantia em espécie vinculadas a Linhas Financeiras de Liquidez, +R\$520 milhões). Foram expansionistas as operações com títulos públicos federais, R\$80,4 bilhões (colocações líquidas de R\$32,4 bilhões no mercado primário e compras líquidas de R\$112,8 bilhões no mercado secundário), e as operações do setor externo, R\$0,6 bilhão.

Os meios de pagamento restritos (M1) somaram R\$597,5 bilhões em novembro, com crescimento de 2,1% no mês, resultante de expansões respectivas dos depósitos à vista e do papel-moeda em poder do público, em 2,8% e 1,3%. Considerando-se dados dessazonalizados, o M1 registrou crescimento de 0,4% no mês.

O M2 cresceu 0,8% no mês, atingindo R\$4,9 trilhões. O saldo dos depósitos de poupança recuou 0,2%, somando R\$988,3 bilhões, após resgates líquidos de R\$7,4 bilhões. O saldo dos títulos emitidos por instituições financeiras aumentou 0,8%, totalizando R\$3,3 trilhões, reflexo principalmente da expansão de 0,9% no saldo dos depósitos a prazo. O M3 recuou 0,3% no mês, totalizando R\$9,6 trilhões, refletindo o recuo de 0,6% no saldo das quotas de fundos do mercado monetário (R\$4,5 trilhões) e de 27,7% no saldo das operações compromissadas com títulos federais. O M4 cresceu 0,2% no mês e 11,9% em doze meses, totalizando R\$10,5 trilhões.